

AO TRABALHO POLÍTICO

A Reforma da Universidade está na ordem do dia, como na ordem do dia estão toda uma série de processos (Conferências de Imprensa, de Ministros e de Pides, vagos mas insistentes apelos a diversas participações) com que, sem abdicar dos métodos repressivos que lhes são congénitos, o grupo no poder procura limar certos aspectos aterrantemente da sua ditadura. A Reforma da Universidade está neste momento no degrau das declarações, das intenções multiplicadas, da criação de expectativas. É que a Reforma do Ensino em Portugal se é também uma necessidade interna do sistema capitalista é primariamente a resposta do Governo de Caetano às pressões manifestadas pelas classes desfavorecidas e irremediavelmente afastadas do Ensino Superior, a resposta ao descontentamento que faz com que largas camadas de estudantes se movimentem e a si agreguem a simpatia e apoio de sectores de opinião pública.

Esta resposta fez-se antes de mais no plano da demagogia.

Nas várias Escolas do País substituíram-se velhas autoridades, irremediavelmente ligadas ao obscurantismo, por personalidades que pudessem compôr a nova face do velho Estado. O colonialista "amigo dos estudantes" Veiga Simão, o director "liberal" do Instituto Superior Técnico e o "progressista" Professor Gouveia Monteiro não estão comprometidos com o passado e podem funcionar como alti-falantes. Confia-se na falta de informação de alguns estudantes e cultiva-se a especulação para travar o Movimento Estudantil e os seus conteúdos de luta, para o limitar aos pedidos de benevolência ou ao espanto perante a maravilhosa estratégia do capital.

É certo que o capital tem uma estratégia global de actuação económica-política, por natureza visando a obtenção de máximas margens de lucro, segundo as perspectivas dos grupos económicos preponderantes; esta estratégia não é, porém, viável de per se, tem antes limites económicos implícitos bem determinados, bem como tem que contar com a oposição que as massas populares sonham opôr ao agravamento das suas condições de trabalho e de vida:

Quanto ao primeiro ponto, o capitalismo português já demonstrou a sua incapacidade político-económica de resolução da crise agrária, lançando na emigração milhares de portugueses. Os grandes monopólios coloniais portugueses, cada vez mais têm de se aliar, portanto subordinar, de um modo geral, aos grupos financeiros e monopolistas das grandes potências imperialistas (E.U., Alemanha Oc., Japão) para obterem o apoio militar, político e económico necessário à manutenção das suas bases de sustentação económicas.

Esta crescente intervenção de capitais estrangeiros quer siga a via de uma rápida pilhagem de recursos ou aproveitamento de baixos salários, quer siga a via de uma implantação definitiva - portanto definitiva sujeição - dos recursos económicos do País quer das colónias, num caso e noutro acentuando a anterior distorção de estruturas e ritmos de desenvolvimento, impedindo uma industrialização consequente (no entanto necessária e desejada pelo sistema!), agravando as condições de trabalho e de vida das grandes massas da população, desvinculando-as da guerra, para que tem sido empurrada, contra as lutas de libertação africanas, que descobre seus aliados, criando nas classes trabalhadoras e demais camadas ou grupos politicamente combativos oposição e disposição de luta que o regime tem de reprimir, e, quando abstratamente "enquadrável", tentar enquadrar nos esquemas políticos corporativo-fascistas.

As contradições e tensões sociais crescentes restringem ainda mais a capacidade de manobra do capitalismo português, e do seu governo, que não pode abandonar os esquemas da ditadura fascista. Esta tem de reprimir para subsistir - política preferida do fascismo, mas que encontra a resistência cada vez mais viva das massas populares. A alternativa - política reformista e liberalizante - para além das magras hipóteses de reformas profundas economicamente comportáveis e politicamente possíveis, é, como acima se diz em grande medida demagógica e paralizante da iniciativa popular. A demagogia desmascara-se na luta, como, em relação às promessas de "revigoreamento sindical", mostra a recente suspensão da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa.

Pelo que toca à Universidade, o panorama fundamental não se altera:

1 - As possibilidades de Reforma do Ensino são fortemente condicionadas pelas prioridades orçamentais definidas para a guerra, pela sobrecarga fiscal em impostos indirectos já existente, pelas necessidades de investimentos públicos em sectores não rentáveis, que as Finanças públicas têm de garantir e preparar à indústria privada.

2 - No aspecto "sindical", as autoridades governamentais e escolares não estão em condições de "enquadrar" o Movimento Estudantil: pois este, à volta das Associações e fortemente enraizado (ou enraizável) nos cursos, nas Faculdades, nas Escolas, pode opôr as suas reivindicações a todas as tentativas de "regulamentação" e "legalização repressiva". Pode na Universidade em relação a um ensino tecnicamente deficiente, cientificamente aberrante, ideologicamente controlado e deformante, impor uma acção por "reivindicações definidas",

acompanhada de uma profunda desmistificação ideológica, necessária porque do interesse profissional e intelectual dos estudantes, mobilizadora se bem conduzida e convincente.

II - Acerca da nomeação do Professor Gouveia Monteiro para Reitor da Universidade de Coimbra ocorre dizer-se que ele está inserido na orientação geral da política governamental. Isto representa simultaneamente a tentativa de resolver um ponto de tensão - a resistência estudantil, que atinge em Coimbra de 69 amplitudes desconhecidas (e na medida em que surge como única resposta possível que o Governo opõe aos estudantes é correcto falar em cedência), e a necessidade de adaptar o Ensino aos "projectos" de desenvolvimento do Capitalismo Português.

Mas o carácter demagógico que tal nomeação assume, é por outro lado claramente visível ao nível estrito em que a sua orientação se situa, isto é, no ponto em que se diz pretender um diálogo e uma participação dos estudantes na resolução dos problemas do ensino e não está em condições a curto prazo de resolver tais problemas nem estará nunca interessado em compreendê-los da mesma maneira como eles são compreendidos pelos estudantes, quer-se dizer,

a actuação governamental quer através do Reitor, quer não; resume-se de momento às confusões de terminologia que cada vez mais vão sendo desmistificadas, à mistura com o fortalecimento da repressão, clara e violentamente ou mais subtil e perigosa, procurando fazer das organizações estudantis, colaboracionistas da vontade fascista.

III - Dada a absoluta necessidade de proteger as suas formas legais de organização o Movimento Estudantil não comporta a utilização de acções directamente políticas embora isto não signifique a abstenção da discussão nos termos em que cada situação lho exige.

Portanto, para que sejam levadas a cabo acções consequentes contra o fascismo - supressão do monopólio, do imperialismo e do colonialismo - e que lutem directamente pela instauração de um regime onde sejam possíveis os primeiros passos para a construção de uma Universidade ao serviço das classes trabalhadoras, torna-se urgente a existência de um Movimento Político que

1º - defina uma linha de massas, isto é, procure mobilizar os estudantes em torno dos problemas que lhes dizem mais directamente respeito.

2º - que deva sempre que possível aproveitar as possibilidades de actuação que lhe permitam impor a sua própria legalidade.

Como linha de actuação deva uma organização política estudantil e para além da superação das incapacidades do Movimento Estudantil para lutar frontalmente contra um sistema que é o único responsável pela estrutura universitária e para além do apoio às lutas operárias e democráticas do Povo Português (apoio esse, sem quaisquer pretensões de controle ou direcção por parte dos estudantes) debruçar-se primordialmente sobre a questão que de momento mais afecta a Juventude Portuguesa:

A CRIMINOSA GUERRA COLONIAL.

Para além disso, um importante papel pode caber às organizações estudantis na luta pela liberdades fundamentais; na luta contra a Censura, instrumento do governo para a mistificação da opinião pública e para as acusações sem defesa do Movimento Estudantil; e no ponto onde se mais se revela o carácter terrorista do regime:

A actuação das diversas polícias e o tratamento aos presos políticos.

FIM À GUERRA COLONIAL

CONTRA A CENSURA

PELA LIBERDADE DOS PRESOS POLÍTICOS

um grupo de jovens democratas